

CONTRATO Nº 3956/91
ECT/CÂMARA LEGISLATIVA DF
UP: AC/CÂMARA LEGISLATIVA

IMPRESSO



Biblioteca/CLDF

DF
LETRAS

A REVISTA CULTURAL DE BRASÍLIA

ANO III

Nº 29/30

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



Graciliano Ramos e Rosário Fusco

**A ESCRITA DA
ANGÚSTIA**

Rosário Fusco ©

© 1927

Canudos: a revolta de um povo

Canudos é uma marca indelével na consciência do povo brasileiro. Oriundo das terras baianas, do recôncavo, o jornalista Jozafá Dantas invoca as origens, Euclides da Cunha, onde nasceu e, como se fosse um Gregório de Matos Guerra, um "Boca do Inferno" de hoje, mostra em detalhes sua indignação com a carnificina de 1896.

□ **Jozafá Dantas**

As elites estão festejando o massacre de Canudos, ou a Guerra, como preferem chamar os mais tradicionais, que começou no dia 12 de novembro de 1896 e terminou no dia 5 de outubro de 1897, quando o Exército abateu milhares de pessoas sem nenhuma piedade, na maior carnificina jamais vista na história do Brasil. O dia 5 de outubro deveria ser registrado na memória de nossa gente como o "Dia Nacional de Luta dos Sem-Terra", e de todas as pessoas que são exploradas sem nenhuma cerimônia pelo capitalismo selvagem e por políticos inescrupulosos.





Antônio Cafu

(PT)

O livro é um mundo de perspectivas, de prazer, de conhecimentos e de emoções para quem o lê. Nós podemos viajar com as letras, com as gravuras, com os mapas e todas as maravilhosas ilustrações que podem constar de uma publicação. É muito importante que os centros comunitários, as escolas e os parques tenham salas de leitura para propiciar à comunidade o contato inesquecível com o amplo universo que um livro pode conter.



João de Deus

(PDT)

Os livros são grandes mestres que nos ensinam a analisar, criticar, pesquisar e conhecer o mundo, sem sair do lugar. É através da leitura que a população de nosso país desperta para a importância da luta pelos seus direitos e torna-se consciente da necessidade de cumprimento dos seus deveres. A diversidade bibliográfica, o número de livrarias e bibliotecas disponíveis, favorecem o desenvolvimento intelectual e aumentam o nível de exigência das comunidades em geral. O povo que conhece sua história, viajando pelos livros, é capaz de transformá-la.

Até outubro de 1997, o Brasil vai ser sacudido por movimentos sociais e, também, pelas elites, ávidas em perpetuarem a visão distorcida do movimento de Canudos, que, para elas, era simplesmente um bando de desordeiros, capitaneados por um fanático. O ensino brasileiro tem mostrado a visão tradicional, embora nos últimos anos escritores venham tentando resgatar o verdadeiro significado do movimento de Canudos. Esperamos que as escolas brasileiras passem a mostrar os fatos corretos, para que tenhamos uma sociedade mais consciente de sua história. O evento mais esperado é o filme de Sérgio Rezende, estrelado por José Wilker e Marieta Severo, que vai custar cerca de R\$ 7 milhões, e esperamos que conte a história verdadeira.

O movimento - Para entender Canudos é preciso voltar ao passado. Ninguém sabe, ao certo, quando começou realmente o movimento de Canudos. Mas a *Folhinha Laemmert*, anuário editado no Rio de Janeiro, fez o primitivo registro, em 1876, informando que naquele ano "apareceu no sertão no norte um indivíduo que se diz chamar Antônio Conselheiro e que exerce grande influência no espírito das classes populares servindo-se de seu exterior misterioso e costumes ascéticos".

Todavia, em 1874, Antônio Conselheiro já era conhecido na Bahia, acompanhado de vários seguidores. Os ciúmes inerentes à situação o levaram à prisão, na vila de Itapicuru-de-Cima, sob a

acusação de homicídio, sendo mandado de volta ao Ceará, sua terra natal. Ele nasceu no dia 13 de março de 1830, na cidade de Quixeramobim. Inocentado e livre, retornou à Bahia, quando iniciou definitivamente o movimento que mais tarde veio a se chamar Canudos.

O movimento criou volume entre os anos de 1877 e 1887. Na década, Antônio Conselheiro e sua gente cruzaram os sertões, chegando até o litoral baiano, na Vila do Conde. Sua obra, pregação, construção e restauração de capelas, igrejas e cemitérios começou a desagradar aos latifundiários e ao clero. Tanto é que, já em 1886, o delegado de polícia de Itapicuru mandou ofício ao chefe de polícia da Bahia, contando um desentendimento entre o grupo de Conselheiro e o vigário local, já que a igreja tinha passado circular determinando aos párcos proibirem os fiéis de assistir às pregações de Conselheiro. Com o crescimento do movimento, os poderosos ficaram temerosos.

Mas, como andava o resto do Brasil? A situação política e econômica do País era deplorável. Enquanto a Monarquia agonizava, o movimento pela instauração da República crescia a passos largos. A economia vivia o caos, especialmente nos Estados nordestinos, onde a monocultura da cana-de-açúcar era delicada, combinada com a decadência dos grandes latifúndios, enquanto o Sul vivia o início do ciclo do café. A abolição da escravatura em 13 de maio de 1888

não trouxe melhorias à vida do povo brasileiro, nem a Proclamação da República em 1889.

Pelo contrário, a situação ficou mais calamitosa. A República trouxe um desenvolvimento artificial. Rui Facó conta, na sua obra *Cangaceiros e Fanáticos*, editada pela Civilização Brasileira, em 1963, que "com a derrubada da Monarquia, em 1889, na República partilhavam o poder do Estado os latifundiários e a burguesia, ambos se temendo mutuamente. Os primeiros, depois de perderem a escravidão, recebiam perder os feudos; os segundos, sonhando com empreendimentos industriais, ferroviários, modernização da agricultura, necessitavam de braços livres, mas temiam liquidar o regime latifundiário".

Assim, nasceu o primeiro milagre brasileiro - o segundo foi no regime militar no início da década de 70 -, com o surgimento de novas casas comerciais, bancárias e industriais, assim como ferrovias. "O governo republicano provisório - registra Rui Facó, na mesma obra - emitiu vagas sobre vagas de papel-moeda na maior inflação monetária de toda a história do País até então. O volume de papel-moeda em circulação duplicou em menos de um ano do novo regime. E surgiram projetos fabulosos para a época. Propunham construir 20 mil quilômetros de estradas de ferro apenas com as concessões outorgadas em 1890, triplicando assim a rede ferroviária nacional. O governo assegurava juros elevados aos construtores. Somente no ano seguinte à Proclama-

ção da República, fundaram-se no Rio de Janeiro 33 bancos, 241 empresas com finalidades diversas”.

Assim, “acumularam-se fortunas fáceis da noite para o dia”, sintetiza Rui Facó. Mas veio logo a seguir a quebra da bolsa de valores, a substituição do marechal Deodoro da Fonseca pelo marechal Floriano Peixoto, e a triste realidade. Os preços dos gêneros alimentícios foram elevados, crescendo 62% entre 1888 e 1890, passando para 118% entre 1891 e 1894. O pagamento, como sempre acontece, fica com o povo. O Nordeste foi a região mais sacrificada, com o despovoamento das fazendas e a escassez de cereais, obrigando a migração de camponeses pobres para o Sul e a Amazônia, onde cresciam a produção do café e da borracha, respectivamente. A participação dos estados nordestinos na pauta de exportação do País caiu de 31,87%, de acordo com Rui Facó, para cerca de 13%. A Bahia, palco da história, perdeu sua participação de 14,3%, em 1857, para apenas 5,06%, em 1897.

Foi em meio à situação dramática do País que o movimento crescia, sob o comando de Antônio Conselheiro. Não se via perspectiva de mudança, pois a burguesia condenava a pequena propriedade. Qualquer levante no campo contra a propriedade feudal era considerado como banditismo, mas Canudos provou que não era a reunião de bandidos, e tinha simpatia das populações rurais, como conta Rui Facó: “Ante o fenômeno Canudos, os senhores das classes dominantes e seus porta-vozes recusaram-se a acreditar na realidade: milhares de párias do campo armados em defesa

da própria sobrevivência, em luta, ainda que espontânea, não consciente, contra a monstruosa e secular opressão latifundiária e semifeudal, violando abertamente o mais sagrado de todos os privilégios secularmente estabelecido desde os começos da colonização européia no Brasil - monopólio da terra nas mãos de uma minoria a explorar a

cola no Crato. Sua educação foi sólida, estudando nos melhores colégios do Estado, como escreveu Edmundo Muniz, no artigo *Canudos: o Suicídio Literário de Vargas Llosa*, uma crítica ao romance *A Guerra do Fim do Mundo*. A saga de Antônio Conselheiro na maior aventura literária do nosso tempo, escrita pelo peruano Mário Vargas Llosa, editada

prudentes encherem as religiões, povoarem os desertos, deixarem as riquezas e desprezarem o mundo. Assim sucedeu a Thomas Morus, chanceler-mor de Henrique VIII. Foi este ministro condenado à morte por não querer seguir a heresia; e indo-lhe falar no cárcere sua mulher para o perverter, lhe perguntou aquele sábio: — Quantos anos poderei viver? Respondeu ela que vinte e ainda mais. Concluiu ele assim: — Vindes me persuadir que troque vinte anos de vida por uma eternidade de penas! Se dissésseis vinte mil anos, diríeis muito pouco, pois a respeito da eternidade era nada. E assim sacrificou a vida em defesa da religião católica”.

“Se Antônio Conselheiro - continua Edmundo Muniz - conhecia a vida de Thomas Morus, não poderia deixar de conhecer a *Utopia*, a obra que o imortalizou. Admirava-o não só por suas idéias, como também pela obstinação com que as defendeu. Esta obstinação servia de exemplo para ele e para todos os fiéis da causa que abraçaram. Na *Utopia* estava a origem histórica e ideológica de Canudos”.

Edmundo Muniz concluiu: “Os movimentos igualitários são todos parecidos tanto no campo das idéias como no campo da ação. Antônio Conselheiro tinha um pouco de Thomas Morus, de Thomas Munzer, de Pugachev, de Fourier e de Owen. Por força do momento histórico em que viveu, há, em seu movimento, a fusão das idéias que promoveram os levantes igualitários dos séculos XV, XVI, XVII e XVIII com as utopias do Renascimento e do século XIX”. Edmundo Muniz compara Conselheiro a Emiliano Zapata, líder popular do México.

Os famintos de Canudos foram os primeiros sem-terra do Brasil

A Monarquia considerava um crime contrariar os do poder, especialmente os donos das terras

imensa maioria. Era este o mais nefando dos crimes contra a ordem dominante...”

Antônio Conselheiro tinha plena consciência dos problemas do País e de sua gente. Antes de iniciar sua peregrinação pelas terras do Nordeste, ele foi comerciante, depois caixeiro de Sobral, escrivão de Juiz de Paz em Campo Grande, solicitador (advogado, defendendo os pobres) em Ipu e mestre-es-

pela Livraria Francisco Alves Editora (RJ), em 1981, esta uma obra estéril sem nenhum valor histórico e contrária aos valores do povo nordestino.

A boa formação cultural de Antônio Conselheiro fica patente num trecho de suas *Prédicas*, citada por Edmundo Muniz: “É inútil - dizia Antônio Conselheiro - considerar-se a eternidade, e esta consideração foi a que fez muitos varões sábios e



Marco Lima
(PSDB)

A cultura é o ceme de um povo, é a alma, como bem definia o escritor Fernando Pessoa. E a perpetuação da cultura se faz através do registro sistemático em livros e escritos que atravessam o tempo, que se constituem na história das nações e de seus habitantes. Brasília viveu recentemente uma festa da cultura com a realização da XV Feira do Livro, no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade. Mais de 400 mil pessoas visitaram os stands das editoras. Brasília viveu uma grande festa das letras.



Renato Rainha
(PL)

Literatura, no conceito de Manuel Bandeira, "é a alma de um povo escrita em verso e prosa". Sendo assim, não pode ser negada à população o acesso ao livro, ao conhecimento da produção artística formadora da cultura que personaliza, tipifica uma nação, sob o risco da alienação total, da subjugação. A democratização do livro é o primeiro passo para uma revolução cultural no Brasil. Em outras palavras, bibliotecas para toda a comunidade, da criança ao adulto, em todos os níveis sociais; valorização do escritor, quer na publicação das obras, quer em sua divulgação; formação de professores em língua, literatura e artes para atendimento ao povo.

O conflito - Contrariar os do poder, especialmente os donos das terras, era um crime, considerado pela Monarquia. Assim, com o intuito de se livrar do pregador, Antônio Conselheiro foi preso, já em 1876, e mandado de volta para o Ceará, sob a acusação de ter cometido crimes, dos quais as autoridades de Fortaleza não encontraram provas. Comprada a sua inocência, já que as acusações eram caluniosas e difamatórias, Antônio Conselheiro retorna à Bahia, para perto de sua gente, que o amava. Essas perseguições, entretanto, não o intimidaram. Ele continuou a pregar e a juntar mais pessoas ao seu redor.

Como não conseguia calar Antônio Conselheiro, em 1887 a Diocese da Bahia pede ajuda ao Presidente da Província, acusando-o de estar "pregando doutrinas subversivas, fazia um grande mal à religião e ao Estado". Foi solicitada uma vaga num hospício no Rio de Janeiro, mas a resposta foi de que não havia vagas. Antônio Conselheiro, a despeito da inveja da igreja e do temor das elites, continuou a reunir multidões, a construir suas igrejas, cemitérios e a peregrinar pelos sertões baianos. "O Conselheiro continuou sem tropeços na missão perversa, avultando na imaginação popular. Apareciam as primeiras lendas. Não arquivaremos todas. Funda o arraial do Bom Jesus; e contam as grandes assombradas que em certa ocasião, quando se construía a belíssima igreja que lá está(...)",

escreve Euclides da Cunha, na sua obra *Os Sertões*.

O movimento foi crescendo, formado com gente de diferentes atividades: artesãos, pequenos proprietários expulsos de suas terras pelos grandes ou pelo fisco, emigrantes, alforriados, escravos fugitivos, elementos de todas as camadas sociais, que eram seduzidos pelos ensinamentos do Conselheiro. Ele inspirava confiança, e por isso muita gente vinha de longe para pedir-lhe conselhos. "Apoiado em seu cajado - descreve Edmundo Muniz -, caminhava de arraial em arraial, de cidade em cidade, pregando a salvação dos homens por meio das boas ações. Totalmente independente do governo e da igreja, combatia a escravidão, opondo-se à ordem social baseada no latifúndio e na exploração dos camponeses".

A burguesia, a igreja e o governo tinham medo de Antônio Conselheiro. Mas a convivência ainda não tinha se agravado ao ponto de se iniciar uma guerra. Mas, no ano de 1893, um fato inusitado vai iniciar a mais cruel destruição de uma comunidade. Euclides da Cunha afirma que Antonio Conselheiro "viu a República com maus olhos e pregou, coerente, a rebeldia contra as novas leis. Assumiu desde 1893 uma feição combatente inteiramente nova". Neste ano, o governo decretou a autonomia dos municípios, autorizando-os a cobrarem impostos no interior.

"Decretada a autono-

mia dos municípios - escreve Euclides da Cunha -, as Câmaras das localidades do interior da Bahia tinham afixado nas tábuas tradicionais, que substituem a imprensa, editais para a cobrança de impostos. Ao surgir esta novidade, Antônio Conselheiro estava em Bom Conselho. Irritou-o a imposição, e planeou o revide imediato. Reuniu o povo num dia de feira e, entre gritos sediciosos e estrepitar de foguetes, mandou queimar as tábuas numa fogueira, no largo". Depois foi embora com sua gente para Monte Santo.

O fato pode ter desagradado as chamadas autoridades, mas a insurreição contra a cobrança de impostos agradou aos menos favorecidos, na visão de Rui Facó: "Conquistava assim as simpatias não somente dos pobres, mas também daqueles que, possuindo uma nesga de terra e algumas reses, mal assegurando com isto o sustento da família, não podiam, de forma alguma, satisfazer absurdas exigências fiscais - os pequenos proprietários".

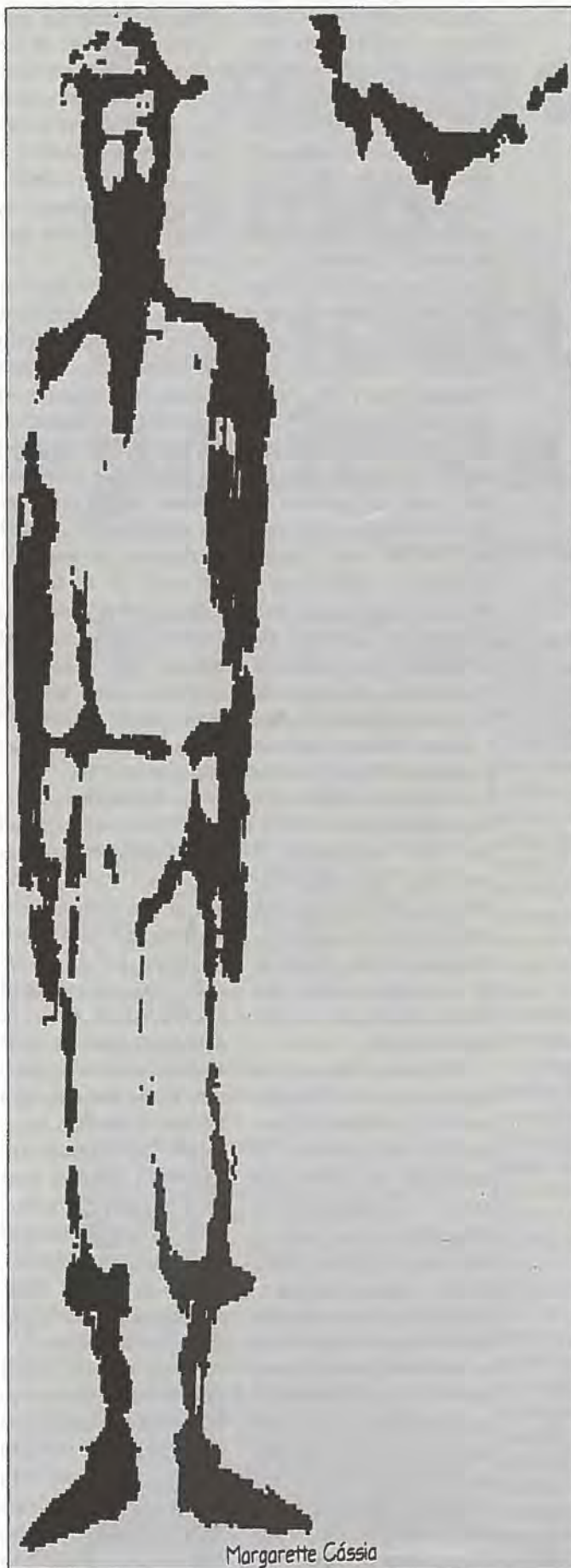
A repercussão do fato, segundo Euclides da Cunha, desagradou os mandarins da Capital do Estado. Assim, decidiu-se mandar um destacamento de 30 soldados para combater Conselheiro e sua gente. O combate aconteceu na localidade de Massete, entre Tucano e Cumbe (atual Euclides da Cunha), onde as forças policiais foram vencidas. Temendo o desdobramento do acontecido, Antônio Conselheiro, que

conhecia o sertão devido a suas andanças por 20 anos, levou o seu pessoal para a fazenda Canudos, que estava abandonada, batizando-a de Belo Monte, situada entre as serras de Canabrava, Cocorobó, Calumbi, Cambaio e Caipã, tendo ainda o rio Vaza-Barris, e a estrada de ferro a 200 quilômetros, na cidade de Queimadas.

Canudos cresceu rápido. Vinha gente de todas as cidades próximas. Pessoas que vendiam o que tinham e tocavam para Canudos. "Os raros viajantes que arriscavam a viagens naquele sertão, topavam grupos sucessivos de fiéis que seguiam, ajoujados de fardos, carregando as mobílias toscas, as canastras e os oratórios, para o lugar eleito. Isolados, a princípio, essas turmas adunavam-se pelos caminhos, aliando-se a outras, chegando, afinal, conjuntas, a Canudos", descreve Euclides da Cunha.

"Na cidade em crescimento - conta Edmundo Muniz - reinava a ordem e a tranqüilidade. Não existiam autoridades policiais, nem cobradores de impostos. Não havia lugar para tabernas, nem para prostíbulos. As bebidas alcoólicas eram expressamente proibidas. As mulheres não precisavam se prostituir para ganhar a vida. Na divisão do trabalho não existiam mulheres ociosas: além de trabalharem no campo e tratarem dos rebanhos de ovelhas, fiavam, faziam objetos de cerâmica, bem como cestos, bolsas e esteiras de palha".

Em Canudos, de acordo com Edmundo Muniz, "vigorava a propriedade coletiva da terra, das pastagens, dos rebanhos, das plantações. A propriedade individual cin-



Margarette Cássia

gia-se aos objetos de uso pessoal, aos móveis e à moradia. Os produtos do trabalho artesanal, bem como a produção agrícola e pastoril pertenciam à comunidade, recebendo os artesãos, os vaqueiros, os agricultores uma quota de acordo com as necessidades de cada um".

A produção de Canudos era a materialização dos sonhos dos miseráveis e famintos. "Na faixa verde que circunda a cidade, cultivava-se mandioca, milho, feijão, batata, abóbora, melancia, o indispensável para a manutenção do povoado, garantindo o seu auto-abastecimento", narra Edmundo Muniz. A produção excedente era vendida nos municípios vizinhos. O povoado produzia, ainda, sua ferramenta, como foices, enxadas, facões, agulhadas, entre outros; também se produzia a pólvora. Surgiu, ainda, a indústria de couro curtido, que chegou a ser exportado para a Europa.

A prosperidade de Canudos foi a causa responsável por sua destruição precipitada. Para concluir as obras da igreja nova, Antônio Conselheiro encomendou um carregamento de madeira em Juazeiro. Expirado o prazo para entrega da mercadoria, Antônio Conselheiro se propôs a ir buscá-la. Mas, como o Juiz de Direito do município, Arilado Leni, era seu velho desafeto, já que na queima das tábuas dos impostos em 1893, em Bom Conselho, ele era o juiz da comarca, telegrafou à Capital alardeando que o Conselheiro tencionava assaltar a cidade. Foram enviados pouco mais de 100 praças, em novembro de 1896, para combater os camponeses.

No dia 12 de novembro,



Edimar Pireneus
(PMDB)

Vivendo a era da Internet, quando cidadãos de todos os cantos do mundo já podem se comunicar através do computador, não podemos ignorar uma realidade: apesar do avanço da comunicação, o livro continua a ser, indiscutivelmente, o principal instrumento de transmissão do conhecimento e da cultura. É fundamental, por isso, que trabalhem para sua difusão. Precisamos ampliar os índices de produção de livros no país, tradicionalmente muito inferiores aos dos países onde a educação e a cultura recebem a devida prioridade.



Miquéias Paz
(PC do B)

A maioria dos visitantes vai a Corumbá para ver de perto a imponência da queda d'água da cidade. Mas nem tantos assim vão até lá atraídos pelas janelas antigas, pelas portas de duas folhas, pelas senhoras anciãs debruçadas em parapeitos, pela igreja barroquinha e pelo jeito interminável com que se arrastam as horas no calor da cidade. Corumbá de Goiás é, sem dúvida, uma das mais belas e atraentes paragens das vizinhanças de Brasília.

a tropa segue para Canudos, com a missão de destruí-la. Assim, começava a guerra que se estenderia até o dia 5 de outubro de 1897. Como aconteceu com o combate de 1893, a tropa foi vencida. Em dezembro do mesmo ano de 1896 é enviada a segunda expedição, com cerca de 557 homens, armados até os dentes, mas também é derrotada. Em fevereiro de 1897 vai a terceira expedição, com 1.300 homens, e também é vencida. Em junho de 1897 parte a quarta e última expedição, com mais de 4.000 homens. Depois de batalhas sangrentas e desiguais, porque os moradores de Canudos enfrentavam os soldados com facões, espingardas de matar passarinhos, pau e pedra, contra canhões e armas de fogo, Canudos é tomada de assalto no dia 5 de outubro de 1897. No dia seguinte é destruída. Foi a maior carnificina, pois mesmo vencidos, mulheres, velhos e crianças foram abatidos. Se era uma guerra, não houve o mínimo respeito aos vencidos.

Na época, houve manifestos contra o "massacre" de Canudos, especialmente pelos alunos da Faculdade de Direito da Bahia. Rui Barbosa também protestou. Mas a imprensa da época tinha ficado contra Canudos. Vamos buscar emprestada novamente a narrativa de Rui Facó, extraída do jornal *O País*: "Ao iniciar-se a Campanha de Canudos, a imprensa das classes dominantes destacava como um fato clamoroso esta expressão de rebeldia sertaneja, sendo obri-

gada a reconhecer que a "fama e o poder de Conselheiro incrementaram-se de modo extraordinário... Antônio e seus adeptos compareceram à feira realizada em Missão de Itapicuru... Começou açulando o povo a não pagar impostos".

Como disse Rui Facó, os seguidores de Conselheiro "travaram uma luta de classes. Inconscientemente, não importa, mas uma luta de classes" contra a opressão semifeudal do latifúndio, a miséria e a fome. Não foi um "foco de superstição e fanatismo", como foi espalhado no País. "A epopéia de Canudos ficará em nossa história como um patrimônio das massas do campo e uma glória do movimento revolucionário pela sua libertação", conclui Rui Facó.

O renascimento - O governo destruiu a gente de Canudos, mas não acabou com a sua história. Por muito tempo os historiadores faltaram com a verdade, talvez levados pelo vírus da corrupção. Como disse Edmundo Muniz, "todos os conhecedores da história sabem que Canudos não se sublevoou. Canudos foi atacado. Não houve insurreição em Canudos, houve uma intervenção militar e sem nenhuma base jurídica. Ninguém jamais contestou este fato, monarquistas e republicanos, juristas e escritores".

A partir de agora, quando se comemora os 100 anos do massacre de Canudos, que a história seja contada de forma verdadeira. A imprensa vem mudando o enfoque, que será de grande valia

para esclarecer à população os verdadeiros motivos do movimento de Canudos. A *Folha de São Paulo*, edição de 25 de dezembro de 1992, tem um título interessante: "Canudos renasce das cinzas de Conselheiro", onde o repórter Elvis César Bonassa conta o ressurgimento de Canudos, tendo como um dos pilares o Padre Enoque, um líder de base da igreja. Seguindo os mesmos passos, *O Estado de São Paulo*, jornal que fez a cobertura do massacre com Euclides da Cunha, também estampa: "Saga de Canudos ressurgiu da fé e das cinzas", na edição de 4 de agosto deste ano, matéria assinada pelo repórter Jotabê Medeiros. Ao que tudo indica vai ser restabelecida a verdade dos fatos.

A introdução da matéria nas escolas é de fundamental importância para a propagação desse movimento, como já vem acontecendo em Euclides da Cunha. É preciso, também, que o dia 5 de outubro seja consagrado como o Dia Nacional de Luta pelos Sem-Terra ou por todo aquele que se acha marginalizado, explorado pelo engodo dos governos ditos democráticos. A sociedade precisa tomar cuidado, porque muitas Canudos estão para surgir num futuro próximo, pois, apesar da televisão, da informática, da Internet, as desigualdades sociais, a fome, a miséria continuam criando legiões de conselheiristas.

* Jozafá Dantas, jornalista e advogado, nasceu em Euclides da Cunha (BA).